ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Joaçaba / 1ª Vara Cível

Rua Salgado Filho 160, Centro - CEP 89600-000, Fone: (49) 3551-4158, Joaçaba-SC - E-mail: joacaba.civel1@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: Alexandre Dittrich Buhr

Chefe de Cartório: Pedro Humenhuk Filho

EDITAL DE INTIMAÇÃO - COM PRAZO DE 5 DIAS

Recuperação Judicial nº 0301621-43.2016.8.24.0037

Requerente: Boa Safra Construtora e Incorporadora Ltda

:

Intimando(s): Todos os credores da empresa recuperanda Boa Safra Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ nº 04.884.314/0001-55, com endereço a Rua Caçador, 525, Treze Tílias-SC nos termos do artigo 36 da Lei n. 11.101/2005.

Objetivo: Convocar todos os credores para assembleia-geral de credores.

Ordem do dia: A ordem do dia será a discussão, aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor e possível apresentação de plano alternativo, a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição, bem como outras deliberações que importem em benefício da recuperação Judicial.

Local onde os credores poderão, se for o caso, obter cópia do plano de recuperação judicial a ser submetido à deliberação da assembleia: junto ao Administrador Judicial, Conplan Contabilidade e Assessoria, com endereço na Rua Frei Edgar, n. 63, Centro, Joaçaba/SC, CEP 89600-000.

Decisão Judicial: 1. Inicialmente, autue-se em apartado a habilitação de crédito de fls. 979-983, conforme já determinado nas decisões de fls. 764/765 e fls. 944-946.1.1 Ainda, proceda-se a autuação em apartado das impugnações contra a relação de credores de fls. 861-863, fls. 866-943, conforme já determinado nas decisões de fls. 764/765 e fls. 944-946.1.2 Após a formação dos referidos incidentes, junte-se cópia da presente decisão, bem como intemem-se os requerentes para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolherem as custas iniciais dos incidentes, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme art. 290 do Código de Processo Civil.1.3 Torne-se sem efeitos as peças processuais acima mencionadas, bem como as de fls. 684-690, fls. 691-696, fls. 697-715, fls. 601-681, conforme decisão de fl. 764/765.2. Outrossim, observa-se que a requerente requereu a prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções por mais 180 (cento e oitenta) dias (fls. 1040-1044). 2.1 Pois bem, não há óbice no deferimento do pedido da requerente, na medida em que os motivos que fundamentaram as prorrogações anteriores permanecem inalterados, razão pela qual este Juízo determina a prorrogação da suspensão de todas as ações e execuções contra a requerente até a realização da Assembleia-Geral de Credores.2.2 Fica a cargo da requerente a comunicação sobre a suspensão aos Juízos Competentes, nos quais tramitam as ações e execuções atingidas pela suspensão. 2.3 Oficie-se aos Tabelionatos locais, bem como ao SPC e SERASA sobre a presente decisão.3. Em atenção ao ofício de fls. 994-996, comunique-se o Juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca acerca da prorrogação da suspensão do prazo de que trata o art. 6º, da Lei n. 11.101/2005 até a realização da Assembleia-Geral de Credores.Convocação da Assembleia-Geral de Credores4. Diante da existência de objeções tempestivas ao plano de recuperação judicial (fls. 966-970 e fls. 947-954), nos termos do art. 36 c/c art. 56, ambos da Lei n. 11.101/2005, este Juízo CONVOCA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDITORES para o dia 03/12/2018 às 14h00min (1.ª CONVOCAÇÃO) e 11/12/2018 às 14h00min (2.ª CONVOCAÇÃO), ciente, contudo, que às 13h00min iniciarão os trabalhos de credenciamento dos participantes e a respectiva assinatura da lista de presença (§ 3º do art. 37 da Lei 11.101/2005), a ser presidida pelo ADMINISTRADOR JUDICIAL, o qual designará 1 (um) secretário dentre os credores presentes. A assembleia-geral será realizada na sede deste foro e Juízo, no salão do Juri. 4.1 Frise-se que conforme disposição do art. 37, § 2º, da Lei 11.101/2005 a assembleia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número.4.2 A ordem do dia será a discussão, aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor e possível apresentação de plano alternativo, a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição, bem como outras deliberações que importem em benefício da recuperação judicial.4.3 Considerando a disposição do

art. 36 da Lei n.º 11.101/2005, publique-se edital de convocação no órgão oficial e em jornais de grande circulação (localidade da sede e de eventuais filiais da sociedade empresária recuperanda), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o qual conterà: local, data e hora da assembleia em 1 a (primeira) e em 2 a (segunda) convocação; a ordem do dia; local onde os credores poderão, se for o caso, obter cópia do plano de recuperação judicial a ser submetido à deliberação da assembleia.4.4 Atente-se o Administrador Judicial que, nos termos do art. 36, § 1.º, da Lei n. 11.101/2005, a cópia do aviso de convocação da assembleia deverá ser afixada de forma ostensiva na sede da sociedade empresária recuperanda. 4.5 Ressalta-se que as despesas com a convocação e a realização da assembleia-geral correm por conta do devedor (art. 36, § 3.º, da Lei n.º 11.101/2005). 4.6 Registre-se que o credor poderá ser representado na assembleia-geral por mandatário ou representante legal, desde que entregue ao administrador judicial, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista no aviso de convocação, documento hábil que comprove seus poderes (art. 37, § 4.º, da Lei n.º 11.101/2005). 4.7 Da mesma maneira, os sindicatos de trabalhadores poderão representar seus associados titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho que não comparecerem, pessoalmente ou por procurador, à assembleia (art. 37, § 5.º, da Lei n.º 11.101/2005), desde que apresente ao administrador judicial, até 10 (dez) dias antes da assembleia, a relação dos associados que pretende representar, e o trabalhador que conste da relação de mais de um sindicato deverá esclarecer, até 24 (vinte e quatro) horas antes da assembleia, qual sindicato o representa, sob pena de não ser representado em assembleia por nenhum deles (art. 37, § 6.º, da Lei n.º 11.101/2005).4.8 Note-se que os credores poderão obter cópia do Plano de Recuperação a ser submetido a deliberação da assembleia junto ao Administrador Judicial, Conplan Contabilidade e Assessoria, com endereço na Rua Frei Edgar, n. 63, Centro, Joaçaba/SC, CEP 89600-000.5. Ainda, intime-se o Administrador Judicial sobre a convocação da assembleia-geral de credores, bem como para tomar ciência das objeções apresentadas.6. Intime-se a Recuperanda acerca das objeções apresentadas, bem como para manifestação em 20 (vinte) dias.7. Oficie-se ao Juízo da Vara Criminal desta Comarca sobre a possibilidade da utilização do salão do júri para a realização da assembleia-geral de credores nas datas acima aprazadas.8. Cientifique-se o Ministério Público.Cumpra-se. Intimem-se.

1ª Convocação:

Data: 03/12/2018.

Hora: 14.00 horas.

Local: Salão do Júri da Comarca de Joaçaba.

2ª Convocação:

Data: 11/12/2018.

Hora: 14.00 horas.

Local: Salão do Júri da Comarca de Joaçaba.

OBS: às 13h00min iniciarão os trabalhos de credenciamento dos participantes e a respectiva assinatura da lista de presença (§ 3º do art. 37 da Lei 11.101/2005).

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como para atender(em) ao objetivo supra mencionado, querendo, no lapso de tempo fixado, contado do transcurso do prazo deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume na forma da lei.

Joaçaba (SC), 23 de outubro de 2018.

Alexandre Dittrich Buhr

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente

Lei nº 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a"